

SOBRE O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL*

Otto Alcides Ohlweiler

Introdução

No princípio deste século, o Brasil apresentava uma estrutura econômica tipicamente semicolonial e semifeudal. Semicolonial porque o País produzia especialmente uns poucos produtos tropicais (café, algodão, açúcar, borracha, cacau, etc.) destinados à exportação e comprava os produtos manufaturados necessários dos países industriais. E semifeudal porque, na agricultura do País, baseada no latifúndio, reinavam relações de produção do tipo pré-capitalista. Embora houvesse já uma indústria em formação, de caráter transformativo, o fato é que a produção agropecuária predominava de forma absoluta no conjunto da produção nacional. A vida econômica do País estava praticamente condicionada à exportação de alguns poucos produtos agrícolas, especialmente o café. Somando-se a tudo isso a penetração do capital monopolista nos principais ramos da produção e da circulação, tinha que resultar, necessariamente, uma economia nacional facilmente sujeita às injunções das forças imperialistas.

Algumas das mencionadas características perduram mais ou menos intactas. Porém, sobre o quadro estrutural da velha sociedade, as forças do progresso foram abrindo caminho, penosamente, através de um paulatino desenvolvimento capitalista, com o conseqüente incremento das forças produtivas e o aparecimento de novas e mais avançadas relações de produção. Entrando em conflito com os elementos estruturais arcaicos e a ação colonizadora do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional não poderia se processar de modo uniforme, tanto no tempo histórico quanto no espaço geográfico, mas, de qualquer forma, ele tomaria um impulso notável nos vinte últimos anos.

O processo em curso tem um caráter indiscutivelmente progressista e está acarretando modificações consideráveis do ponto de vista econômico e social. A indústria expande-se tanto no setor da produção de bens de consumo como no de meios de produção. O parque industrial está capacitado a abastecer o mercado interno com quase todos os artigos de consumo comum. Em 1956, a indústria de meios de produção participava já com um terço no conjunto da produção industrial. A indústria pesada nacio-

*OHLWEILER, Otto Alcides. Sobre o processo do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira*, Porto Alegre, (18):60-78; (19):56-76; (20):48-66, 1959.

nal tem sido vigorosamente reforçada com a criação de poderosas empresas baseadas no capitalismo de Estado, dentre as quais se destacam a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Fábrica Nacional de Alcalis e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Verifica-se, também, um certo desenvolvimento capitalista na agricultura, mas muito mais lento do que na indústria. No fundamental, o Brasil, do ponto de vista da distribuição da terra, continua sendo um país em que domina o latifúndio: em 1950, as propriedades rurais com mais de 500 hectares abrangiam 62,3% de toda a área ocupada.

Embora tenha atingido um nível relativamente elevado, o desenvolvimento capitalista não arrancou ainda o País de sua condição geral de subdesenvolvimento. Incrementaram-se consideravelmente, nos últimos tempos, as forças de produção. Progrediram as relações de produção de tipo capitalista, com o crescimento dos efetivos do proletariado e seu peso específico no conjunto da população, com o aumento do número de assalariados agrícolas e a formação e fortalecimento de uma burguesia interessada na independência e o progresso do País. Conservam-se, todavia, as relações semifeudais em imensas áreas, bem como a situação de dependência do País em face ao imperialismo. As sobrevivências feudais freiam o progresso da agricultura e, mantendo as massas camponesas na miséria e alheadas das relações de troca, dificultam a expansão do mercado interno tão necessário para a indústria em crescimento. Quanto ao imperialismo, detido em alguns setores fundamentais e isolado em outros, continua ele, entretanto, a manter sob seu domínio ramos básicos da economia brasileira. A penetração imperialista é realizada principalmente pelos monopólios norte-americanos, que, após a segunda guerra mundial, dominaram francamente os seus rivais. Os investimentos estrangeiros oriundos dos Estados Unidos são os predominantes. A maior parte dos financiamentos estrangeiros concedidos ao Brasil provêm, também, dos Estados Unidos. E, finalmente, os Estados Unidos, não somente absorvem cerca de um terço de nossa exportação, como dominam o mercado internacional de nossos principais produtos de exportação. Em escala crescente — é bem verdade — faz-se, ultimamente, sentir a concorrência de outras potências imperialistas, particularmente a Alemanha Ocidental e a Inglaterra.

As posições do imperialismo norte-americano constituem uma permanente ameaça à vida econômica e política do País. A exploração imperialista a que está sujeito o País transfere para o exterior, na forma de remessas de lucros, amortizações, juros e *royalties*, uma parte considerável do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, reduzindo, assim, a taxa de acumulação capitalista e, portanto, o ritmo de progresso da economia nacional. De outra parte, os monopólios norte-americanos, de mil formas pressionando o governo, conseguem inúmeras condições de privilégio em relação ao capital nacional, como ainda recentemente ocorreu com a promulgação da famigerada Instrução 113, que ameaça desnacionalizar a indústria brasileira, se mantida por mais tempo. A dependência econômica que pesa sobre o País impõe as maiores limitações à sua independência política. Dia a dia, entretanto, os fatos estão apresentando como um imperativo impostergável a imediata adoção de uma política exterior independente e de medidas de corajosa proteção ao capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro.

O desenvolvimento capitalista em curso no País está já se refletindo sensivelmente no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político

na composição do atual governo. O Estado não mais pode ser encarado como representando apenas os latifundiários e setores capitalistas ligados ao imperialismo, pois ele representa também ponderáveis forças da burguesia interessadas no desenvolvimento independente da economia nacional. É claro que daí resultam aspectos contraditórios e a existência de compromissos de classe de que se aproveitam as forças reacionárias internas e o imperialismo. Em contraposição, as forças sociais em crescimento, principalmente o proletariado e a burguesia, reduzem a tradicional influência conservadora dos latifundiários e abrem caminho para uma mais ampla democratização do regime. Finalmente, o desenvolvimento capitalista e a participação da burguesia no poder do Estado refletem-se, claramente, na composição heterogênea do atual governo, com um setor entreguista ao lado de outro nacionalista burguês. Trata-se de um governo de composição baseada no compromisso e repleto de contradições internas, que tanto é capaz, apoiado pela opinião pública nacionalista e democrática, de defender a soberania nacional, a economia do País e a legalidade constitucional, como, sob a pressão do imperialismo e seus agentes internos, capitular entregando Fernando Noronha que concedendo às inversões do capital estrangeiro privilégios que este não encontra em parte alguma do mundo.

O esboço acima apresentado sobre o processo histórico do desenvolvimento capitalista, em nossa pátria, obedece às linhas gerais do esquema constante da introdução da "Declaração Sobre a Política do Partido Comunista do Brasil", lançada pelo Comitê Central do PCB em março de 1958. O objetivo do presente estudo é o de, partindo do esquema da Declaração, tomado como hipótese de trabalho, analisar o processo do desenvolvimento capitalista, no Rio Grande do Sul, tendo em vista verificar até que ponto o processo regional se enquadra no esquema geral e, especialmente, determinar as formas peculiares do processo de desenvolvimento econômico regional.

1 – Povoamento e Apropriação da Terra

O Tratado de Tordesilhas (1494) deixara para o domínio espanhol grande parte do que, mais tarde, haveria de constituir o território brasileiro, inclusive o atual Rio Grande do Sul. Não obstante a partilha papal, a investida das "bandeiras" chegou a levar o domínio português até as nascentes do Amazonas, no Norte, e ao Prata e Assunção, no Sul.

Até meados do século XVII, o território do Rio Grande do Sul permaneceu habitado apenas pelos indígenas, salvo a margem oriental do Rio Uruguai, onde as missões jesuíticas haviam instituído um verdadeiro estado teocrático, politicamente ligado à coroa espanhola, mas que, na prática, repeliam todas as tentativas de intervenção da coroa. As reduções jesuíticas exploravam a força de trabalho dos índios guaranis, dedicando-se à extração da erva-mate para exportação e à cultura de produtos agrícolas para consumo local. Especial importância adquiriu a criação de gado como meio de garantir a alimentação dos índios catequizados. O gado introduzido pelos jesuítas multiplicou-se enormemente nos vastos campos de pastagens naturais de todo o interior do Continente, vindo mais tarde os rebanhos bravios a se transformar em notável riqueza que a terra oferecia, generosamente, aos desbravadores e aventureiros.

Em sua expansão para o Sul, os colonizadores portugueses, enfrentando a pressão contrária dos espanhóis, haviam fixado como limite de suas pretensões territoriais o estuário do Prata. Esse objetivo político é que determinaria a decisão da metrópole de colonizar o Rio Grande do Sul. Em 1680, as armas portuguesas estabeleceram uma base avançada na foz do Prata — a Colônia do Sacramento, que, durante mais de século, seria teatro de cruentas lutas entre portugueses e espanhóis. Entre aquela praça forte e o estabelecimento português mais meridional, que era Laguna (Santa Catarina), medeava o vasto litoral uruguaio e rio-grandense, que as frotas costumavam evitar pela inexistência de bons ancoradouros e os fortes ventos reinantes. O interior do Continente apresentava de importante apenas a atividade das missões jesuíticas. Laguna era a etapa obrigatória na rota de São Vicente para o Prata e, também, o núcleo de irradiação das primeiras levas humanas para a faixa litorânea do Rio Grande. A corrente imigratória era fraca e não vinha impulsionada pelo objetivo de realizar a posse da terra, que realmente nenhuma força de atração exercia. A riqueza que buscavam os bandeirantes eram os grandes rebanhos de gado "alçado". A partir de 1728, com a abertura do Caminho dos Conventos, grandes tropas de gado começaram a ser levadas para os mercados consumidores do centro do País. Ao longo da faixa litorânea, para refazer as tropas das intermináveis caminhadas, foram estabelecidos os chamados "currais". Criaram-se, assim, as primeiras estâncias, com as quais tinha início o processo de posse efetiva da terra.

Compreendendo a riqueza das novas terras sob seu domínio, e mesmo precisando defender a Colônia do Sacramento da ameaça espanhola, a coroa portuguesa achou de bom alvitre ocupar a barra do Rio Grande. Assim é que, em 1737, à margem direita da barra, fundou-se, sob o comando do Brigadeiro Silva Pais, a fortaleza de Jesus Maria José. Seguiu-se o povoamento do local com a chegada de funcionários, famílias de colonos e escravos. Estavam criadas as condições para um povoamento mais regular.

A carência de material humano, em São Vicente e Santa Catarina, para intensificar o povoamento do Rio Grande, obrigou a coroa a recorrer a

ilhêus açorianos para aquele fim. As famílias açorianas receberam "dantas" de terras em 272ha e, constituídas de lavradores que eram, continuaram aqui a faina agrícola, cultivando especialmente o trigo, que chegou a ser objeto de considerável exportação para as capitânias do Norte. Entre 1749 e 1753, fixaram-se no Rio Grande cerca de 585 casais com um total de 2.278 pessoas. Com a chegada dos colonos açorianos formaram-se os primeiros núcleos populacionais - Capela Grande de Viamão, Porto de Viamão (Porto Alegre), Rio Grande de São Pedro e Santo Antônio da Patrulha. Pouco mais tarde, a população da região sofreria um substancial reforço com a absorção dos retirantes da Colônia do Sacramento, após a queda da praça verificada em 1762. A continuação do povoamento se deu com a formação de novos núcleos distribuídos pelos vales dos afluentes do Guaíba e a penetração para o interior subiu o curso do Jacuí.

Muitas das primeiras famílias de açorianos prosperaram com o produto das suas lavouras de trigo e requereram mais terras. Simultaneamente, outros domínios foram concedidos pelos governadores a negociantes enriquecidos no tráfico e aos elementos que aportavam ao Continente a serviço das tropas reais. Começava a instituir-se na região o regime da grande propriedade rural. Enquanto a pequena exploração agrícola continuava a existir em torno dos burgos militares, formavam-se as primeiras fazendas em toda a região Leste do Rio Grande. Junto com os agricultores ribeirinhos, reunidos em "povos", viviam comerciantes e artesãos, bem como ministros da Igreja e oficiais da tropa, que de certa forma representavam a nobreza da sociedade colonial em esboço. Os açorianos marcaram com seu traço inconfundível essa sociedade. Sem nada perder de seus hábitos originais, extremamente conservadores e obedientes, agrupavam-se ordeiramente em torno dos representantes da coroa, considerados como verdadeiros chefes soberanos.

Entre a região ocupada pelas missões jesuíticas — os Sete Povos das Missões e suas estâncias — e aquela dominada pelos portugueses (a Colônia do Sacramento e o litoral rio-grandense), viviam numerosas tribos errantes de índios charruas, minuanos etc. Esses índios mantiveram contato tanto com portugueses como espanhóis, mas manifestaram-se, de fato, sempre arredios à catequese dos jesuítas e muito freqüentemente entravam em choque com os índios guaranis das reduções missioneiras. Os habitantes da Colônia do Sacramento, por exemplo, mantiveram estreitas relações com aqueles índios, que muito auxiliaram os portugueses em suas sortidas para o aprisionamento de gado missioneiro. Aos mestiços, que viviam errantes nos domínios incertos entre as possessões portuguesas e espanholas, é que inicialmente se deu o nome de "gaúchos", mais tarde aplicado generalizadamente a todos os homens da campanha. Importante foi, sem dúvida, a influência do contingente indígena na formação do povo rio-grandense.

Também na região litigiosa da campanha, formar-se-ia aos poucos uma população rural estável. Os espanhóis do Prata consideravam como sua essa região e, até a conquista das Missões (1801), dificultaram todas as tentativas de colonização por parte dos portugueses. Isso não impedia, entretanto, que um número crescente de aventureiros paulistas e portugueses se entregassem afanosamente ao nomadismo da caça ao gado bravo existente naquelas paragens. Constantes encontros ocorriam entre grupos civis e militares dos dois povos em litígio. Foi em um tal ambiente de lutas que começaram a ser distribuídas, já em 1732, as primeiras fazen-

das de "sesmaria" medindo uma légua de frente por três léguas de fundos (13.068ha), principalmente entre militares afastados da ativa ou que simplesmente se mantinham à espera de novas campanhas. A população rural assim resultante foi, inicialmente, muito rala. Depois, como clima de relativa segurança que se seguiu à incorporação da Banda Oriental, a população rural cresceu, incorporando inclusive consideráveis contingentes castelhanos. Na solidão das fazendas, viviam os proprietários e seus agregados e peões. O trabalho consistia, essencialmente, em recontar o gado para os rodeios, onde se procedia a contagem dos animais, a realização de apartes, a formação de tropas e, em época oportuna, a marcação de novilhos. O trabalho escravo fez-se pouco presente na vida das fazendas. A produção pastoril extensiva, exigindo pouca mão-de-obra, não teve necessidade de apelar em larga escala para o trabalho escravo. Os fazendeiros continuavam como verdadeiros chefes militares em torno dos quais gravitava a peonada constituída de índios, brancos e mestiços. Entre os fazendeiros formaram-se relações de solidariedade e interdependência, que se revelavam na existência de autênticas clãs patriarcais. Cada fazendeiro procurava ligar-se a outro mais poderoso e imperava o regime do caudilhismo. A população da região pastoril manteve-se em sua maior parte, alheia à ação das autoridades da coroa até meados do século XIX. Ou melhor, a coroa via-se obrigada a reconhecer o prestígio dos chefes locais e a eles entregar funções de comando.

Os núcleos agrícolas do Leste, constituídos de lavradores, muito cedo tenderam para o estacionamento. Numerosos filhos de lavradores abandonaram as lides da lavoura atraídos pelas facilidades que oferecia a criação. O abandono da agricultura acentuou-se ainda mais com a intervenção da metrópole fixando os preços e açambarcando a produção, a liquidação da lavoura do trigo provocada pelo ataque da "ferrugem" e a concorrência do trigo estrangeiro após a abertura dos portos (1808). Os filhos dos açorianos menos favorecidos pela sorte transformaram-se em peões de estância ou se instalaram nos povos como artesãos, pequenos comerciantes e funcionários. Os povos do Leste transformaram-se em entrepostos comerciais e o afluxo de imigrantes lusos fez aumentar continuamente a população urbana. Enquanto isso, progredia na campanha a atividade pastoril: a população aumentava e penetrava cada vez mais no interior do Continente. Em 1780, o cearense José Pinho Martins instalou, nas imediações da cidade de Pelotas, o primeiro estabelecimento saladeiril. A indústria floresceu rapidamente e, já em 1822, eram 22 os "saladeiros" nas imediações daquela cidade. Mais adiante, as charqueadas multiplicaram-se por todas as zonas de criação, chegando até ao Vale do Uruguai. O charque constituiu-se no principal produto de exportação. Firmava-se a predominância da grande propriedade pastoril em terras do Rio Grande.

Um novo e importante fator no processo de povoamento do Rio Grande surgiu com a imigração europeia ao longo do século XIX. Em 1824, chegaram os primeiros colonos alemães, que se fixaram em São Leopoldo. O fluxo de imigrantes europeus, suspenso apenas durante o período da conflagração farroupilha, estendeu-se por todo o século. Em 1874, iniciou-se a vinda de colonos italianos e, mais tarde, aportaram também imigrantes de outras procedências. Mas, de qualquer maneira, foram os contingentes alemães e italianos os mais numerosos e os que mais poderosa influência haveriam de exercer na formação social e econômica do Rio Grande. Aos imigrantes foram distribuídos lotes de terra com 25ha, principalmente ao longo dos degraus e contrafortes da Serra Geral. Ao povoam-

mento esparso das zonas de antiga ocupação vinha, agora, contrapor-se um povoamento mais denso baseado na pequena propriedade, que, ao contrário do que sucedera com a experiência dos açorianos, estava fadada a amplo sucesso. A colonização fez ressurgir com ímpeto novo a atividade agrícola, então quase que abandonada pelos primitivos povoadores do Leste. A implantação do regime da pequena propriedade rural, em uma extensa região, com a prática da agricultura intensiva, ao contrário da produção pastoril, permitiu o desenvolvimento de comunidades de intensa vida social e econômica. O surgimento de uma numerosa camada de pequenos proprietários rurais, ao mesmo tempo que completava o quadro dos elementos fundamentais da formação social do Rio Grande, vinha inserir no processo econômico em curso um fator da mais decisiva importância.

2 — População: Distribuição Geográfica e Social

É o Rio Grande do Sul o Estado mais meridional do País. Acha-se situado entre os paralelos $27^{\circ}03'42''$ e $33^{\circ}45'09''$ e a 50° a Oeste do meridional de Greenwich. O Rio Grande do Sul faz 1.003km de fronteiras com a República Argentina e 724km com a República Oriental do Uruguai, medindo o seu litoral atlântico 622km. A área do Estado é de 282.480km² ou sejam 3,2% do território nacional. A mencionada área conta com 15.024km² de águas interiores.

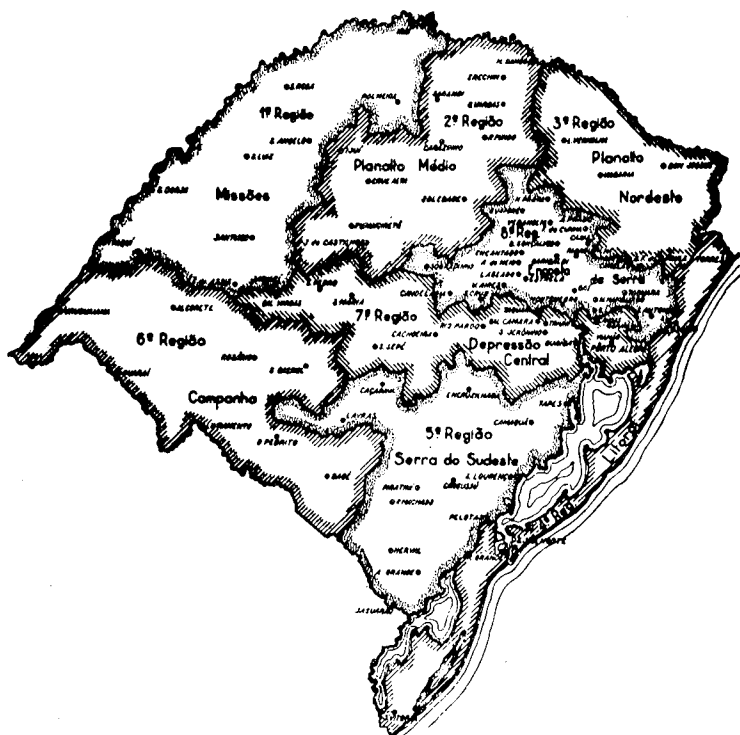
O "Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul — 1957" dividia o território rio-grandense em oito regiões fisiográficas (Mapa I) e estimava a população do Estado como sendo de 4.647.830 almas em 1-1-1955. A discriminação da população segundo as oito regiões fisiográficas, população citadina (urbana e suburbana) e rural é dada pelo Quadro I, que inclui ainda a área e a densidade demográfica de cada região.

Quadro I

REGIÕES	POPULAÇÃO			ÁREA (km ²)	DENSIDADE (habs., km ²)
	Citadina	Rural	Total		
I — Missões	85 560	636 310	719 870	49 965	14,70
II — Planalto Médio	119 070	603 060	722 130	39 481	18,29
III — Planalto do Nordeste	18 210	186 320	204 530	21 820	9,37
IV — Litoral	87 020	122 520	209 540	14 905	14,06
V — Serra do Nordeste	134 620	345 550	479 810	40 414	11,87
VI — Campanha	183 560	172 980	356 540	49 616	7,19
VII — Depressão Central	582 110	388 040	970 150	28 552	33,98
VIII — Encosta da Serra	191 070	794 190	985 260	23 703	41,57
ESTADO	1 398 860	3 248 970	4 647 830	267 456	17,39

A distribuição da população nas oito regiões fisiográficas revela diferenciações notáveis. Por exemplo, a Campanha — zona por excelência do latifúndio — apresenta uma densidade demográfica de apenas 7,19 habitantes por quilômetro quadrado, índice esse que expressa forte rarefação humana na região; de outra parte, as populações citadina e rural são numericamente comparáveis, havendo apenas leve predominância da primeira. Outra é a situação na Encosta da Serra, zona em que se processaram as colonizações alemã e italiana e onde se estabeleceu o regime da pequena propriedade rural. Na Encosta da Serra, a densidade alcança o elevado índice de 41,57 habitantes por quilômetro quadrado e a população rural é muito maior do que a população citadina, sendo a proporção algo superior a 4:1.

Mapa I — Região fisiográfica do Rio Grande do Sul



A população rural predomina, largamente, sobre a população citadina; as populações rural e citadina formam, respectivamente, 69,9% e 30,1% da população total do Estado. A elevada proporção da população rural reflete a relevância das atividades agropastoris no conjunto da economia rio-grandense. Importante seria poder-se estabelecer com precisão a discriminação da população por classe e camadas sociais, mas as estatísticas oficiais não são elaboradas tendo em vista o esclarecimento desse aspecto. Não obstante, podem fornecer elementos indicativos. O recenseamento de 1950, que fixou a população gaúcha em 4.164.821 almas, classificou as pessoas de dez e mais anos de idade segundo o ramo de atividade; conforme indica o Quadro II.

Quadro II

RAMO DE ATIVIDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Agricultura pecuária e silvicultura	727 819	96 810	824 629
Indústrias extrativas	19 794	191	19 985
Indústrias de transformação	141 375	21 324	162 699
Comércio de mercadorias	71 128	10 112	81 240
Comércio de imóveis e valores mobiliários, créditos, seguros e capitalização	7 698	994	8 692
Prestação de serviços	56 433	77 214	133 647
Transportes, comunicações e armazenagem	52 174	2 017	54 191
Profissões liberais	5 161	1 506	6 667
Atividades sociais	14 495	23 995	38 490
Administração pública, legislativo, justiça	20 309	2 265	22 574
Defesa nacional e segurança pública	32 394	204	32 598
Atividades domésticas não remuneradas e ati- vidades escolares discentes	166 731	1 168 725	1 335 456
Atividades não compreendidas, não definidas ou não declaradas	6 814	923	7 737
Condições inativas	135 908	74 488	210 396
TOTAL	1 428 233	1 480 768	2 939 001

A população operária é, ainda, relativamente reduzida. É certo, entretanto, que ela cresceu de quase seis vezes, no período de 1920-1955, quando a população em conjunto pouco mais que duplicou. Em 1955, a média mensal de operários industriais alcançou o total de 144.752. Com a inclusão de 20.000 operários em construção civil e mais cerca de 60.000 trabalhadores em transportes, comunicações e armazenagem, o peso específico da classe operária aumenta consideravelmente, atingindo o total de aproximadamente 225.000. Entre as camadas médias da população citadina, os agrupamentos mais importantes são os formados de 50.000 comerciantes, 25.000 empregados na administração fabril, 30.000 servidores públicos, 12.000 oficiais, suboficiais e sargentos das Forças Armadas, 8.000 profissionais liberais e 5.000 bancários, que totalizam 130.000 pessoas.

Uma certa idéia a respeito da diferenciação da população rural em classe e camadas pode formar-se com base nos dados sobre a distribuição da propriedade rural, o que é feito no parágrafo seguinte.

3 – Distribuição da Propriedade Rural

O processo de povoamento do Rio Grande historicamente ligado às atividades pastoris conduziu à formação da grande propriedade rural, ao passo que a pequena propriedade foi implantada, definitivamente, depois da fracassada experiência com os lavradores açorianos, com a vinda dos colônos alemães e italianos. A existência dos dois tipos de propriedade rural constitui traço marcante da fisionomia agrária do Estado, sendo importante conhecer a significação relativa de cada um deles.

O Quadro III dá a distribuição das propriedades rurais por grupos de áreas, segundo os recenseamentos de 1940 e 1950.

Em 1950, o número de propriedades rurais ascendia a 286.731. A área ocupada era de 22.069.375 hectares, representando 82,53% do território do Estado (26.745.500ha). Para efeito das considerações que se seguem, classificaremos como pequenas propriedades aquelas medindo menos de 50 hectares, como média as que se situam entre 50 e 500 hectares e, finalmente, como grandes as propriedades com mais de 500 hectares. As pequenas propriedades representavam, numericamente, em 1950, 80,7% do total, mas a elas correspondiam apenas 20,2% da área total. A predominância numérica da pequena propriedade tem levado alguns autores até mesmo a negar a existência do latifúndio do Estado. A verdade é que as propriedades com mais de 500 hectares, que somavam tão-somente 2,6% do número global, ocupavam 52,0% de toda a área das propriedades rurais. Por conseguinte, prevalecia no Estado, a grande propriedade rural. O reduzido número de 3.586 grandes propriedades com mais de 1.000 hectares reunia em conjunto 8.766.451 hectares ou seja quase o dobro da área em relação aos 4.456.845 de hectares ocupados pelas 231.496 propriedades com menos de 50 hectares.

Quadro III

GRUPOS DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	
	1940	1950	1940	1950
Menos de 10ha	37 457	47 724	209 976	266 340
De 10 a 20ha	52 866	78 043	735 261	1 084 998
De 20 a 50ha	87 588	105 729	2 607 377	3 105 507
De 50 a 100ha	25 966	27 502	1 734 217	1 842 609
De 100 a 200ha	11 119	11 599	1 543 561	1 599 669
De 200 a 500ha	8 332	8 661	2 607 681	2 694 008
De 500 a 1.000ha	3 864	3 887	2 694 143	2 709 793
De 1.000 a 5.000ha	3 253	3 288	6 223 563	6 384 136
De 5.000 a 10.000ha	226	247	1 491 642	1 608 593
Mais de 10.000ha	41	51	594 394	773 722
TOTAL	230 722	286 731	20 441 815	22 069 375

O tamanho de uma propriedade rural não é suficiente para caracterizar o tipo de relações de produção nela vigentes. Entretanto, na falta de outros elementos mais precisos, pode-se partir dos dados sobre a distribuição da terra para se formar uma idéia aproximada das classes e camadas sociais no campo. É possível, por exemplo, identificar a grosso modo os 47.724 proprietários com menos de 10 hectares como camponeses pobres, entendendo-se por tal os camponeses que não são capazes de manter suas famílias exclusivamente com o fruto do cultivo de suas propriedades e são, por isso, obrigados a vender eventualmente sua força de trabalho (semiproletários). As 183.772 propriedades medindo entre 10 e 50 hectares correspondem aos camponeses médios, possuidores de terras em extensão suficiente para poderem viver da exploração das mesmas à base de seu exclusivo trabalho pessoal e seus próprios meios de produção. Dentre os 47.762 proprietários de 50 a 500 hectares deveriam estar compreendidos muitos camponeses remediados (burguesia rural) em condições de praticar uma economia mercantil baseada no emprego de trabalho assalariado. Os grandes proprietários ou latifundiários, possuidores de mais de 500 hectares, somavam 7.473. Considerando as famílias rurais como, em média, constituídas de cinco pessoas ainda vivendo em comum, verifica-se que quase 1,8 milhões de pessoas ou sejam aproximadamente 56% da população rural pertenciam a famílias de camponeses sem terra; em outras palavras, havia para mais de 360 mil famílias de camponeses sem terra (peões, assalariados rurais, parceiros, etc.). É interessante assinalar que o censo de 1950 dava como sendo de 16.010 o número de estabelecimentos agropastoris sob a responsabilidade de arrendatários. O número de parceiros, isto é, camponeses que percebem como remuneração parte da produção (meia, terça ou quarta), elevava-se a 44.331.

Comparando os dados dos censos de 1940 e 1950 relativos à distribuição da propriedade rural (Quadro III), pode-se observar que no curso da década processou-se uma mais efetiva ocupação da terra com a incorporação de mais 1.627.560 hectares à área das propriedades. O aumento de estabelecimentos foi de 56.011, dos quais 53.585 com menos de 50 hectares. A distribuição relativa da área, no princípio e no fim da década, segundo a pequena, média e grande propriedade, era a seguinte:

	(até 50ha)	(de 50 a 500ha)	(ac. 500ha)
1940	17,3%	29,0%	53,7%
1950	20,2%	27,8%	52,0%

Observou-se, pois, uma elevação percentual para o grupo das pequenas propriedades, não propriamente a custa dos dois outros grupos, mas, fundamentalmente, devido à incorporação de terras devolutas.

A pequena, a média e a grande propriedade coexistem em quase todos os municípios do Estado. Entretanto, os processos de formação da pequena e da grande propriedade ocorreram em regiões distintas. A grande propriedade espraiou-se por todas as regiões em que dominam os campos de pastagens naturais (a Campanha, parte das Missões e do Planalto Médio, o Planalto do Nordeste, o Litoral, parte da Depressão Central e a Serra do Sudeste). A pequena propriedade desenvolveu-se, inicialmente, na região da Encosta da Serra, povoada pelos colonos europeus, principalmente alemães e italianos; quando a Encosta da Serra entrou em estado de saturação relativa, a pequena propriedade expandiu-se em direção ao

Norte, em torno de Erechim, e do Noroeste, em torno de Santa Rosa. O Mapa II representa sobre fundo escuro contínuo o conjunto dos municípios em que a área ocupada pelas propriedades até 100 hectares corresponde a mais de 50% da área total (a parte pontilhada é a dos municípios em que a proporção sobrepassa os 70%). Os municípios em apreço abarcam 58.151km² ou sejam 25,5% do território do Estado. Esses municípios são densamente povoados e abrigam a metade da população rural do Rio Grande do Sul.

Mapa II — Municípios com predominância de pequena propriedade



4 – Penetração Capitalista na Agricultura

As duas linhas clássicas através das quais se desenvolveram as atividades agropastoris no Estado — a criação extensiva do gado na grande propriedade e a pequena produção camponesa das zonas coloniais — se caracterizam ambas pelo baixo nível técnico dos métodos de produção. Nas últimas décadas, um notável progresso vem sendo assinalado no setor da agricultura com a expansão das culturas mecanizadas do arroz e do trigo, que se processa à base da organização de empresas capitalistas.

Sobre a base da grande propriedade se mantêm importantes restos feudais, entre os quais se destacam a parceria (meia, terça e quarta), a renda em dinheiro e outras formas usurárias de exploração dos camponeses, tais como empréstimos em dinheiro, entrega a crédito de sementes, fertilizantes e ferramentas, adiantamentos sobre a colheita etc. A renda-trabalho não ocorre em escala apreciável. Com a penetração do capitalismo na agricultura passam a se combinar, em proporção variável, os métodos capitalistas de produção à conservação do monopólio da terra e às antigas relações semifeudais. As já mencionadas culturas do arroz e do trigo são praticadas, em sua maior parte, em regiões onde predomina a grande propriedade e uma grande parte das empresas utiliza terras arrendadas aos plantadores capitalistas, aparecendo o conhecido processo em que a propriedade do solo se separa da produção agrícola.

Anualmente, para ter direito de empregar seu capital na terra recebida em locação, o plantador capitalista paga a taxa de arrendamento ao proprietário, em dinheiro ou na forma de percentagem sobre a produção. O preço do arrendamento é, essencialmente, determinado pela renda fundiária. Mas, eventualmente, ele pode compreender outros elementos, por exemplo, quando sobre a terra arrendada o proprietário fez prévias inversões de capital em benfeitorias, açudes, etc. Neste caso, o arrendatário paga, além da renda fundiária, ainda a renda anual do capital investido. A renda fundiária reflete as relações existentes entre os trabalhadores assalariados, os plantadores capitalistas e os proprietários territoriais. A mais-valia criada pelos trabalhadores assalariados vai ter às mãos do plantador capitalista. Este retém uma parte da mais-valia sob a forma de lucro médio do capital e entrega a parte excedente ao proprietário rural como renda fundiária. Quando o proprietário não arrenda a terra, mas ele mesmo contrata os trabalhadores para explorá-la, então tanto a renda fundiária como o lucro médio do capital são auferidos pelo proprietário. Com a expansão das culturas do arroz e do trigo em bases capitalistas, verificou-se uma rápida elevação da renda fundiária, no Estado, acarretando um aumento proporcional do preço da terra, pois esse nada mais é senão a renda capitalizada.



As atividades fundamentais da grande propriedade pastoril são a criação e a exploração do boi e da ovelha, com as suas duas safras anuais da carne e da lã. É muito baixo, ainda, o grau de penetração capitalista nos correspondentes métodos de produção. A criação do gado é feita em moldes extensivos nos grandes campos de pastagens naturais, das zonas em que se desenvolveu o latifúndio, cujas origens se ligam à própria formação histórica do Rio Grande com a distribuição das fazendas de sesmaria a comerciantes enriquecidos no tráfico, mas principalmente

ã "gente de qualidade" a serviço das tropas reais envolvidas na tarefa de consolidar os domínios da coroa no Continente.

O pastoreio extensivo constitui um método retrógrado de exploração da terra, em que áreas imensas são imobilizadas para assegurar o pasto dos rebanhos esparsos. Originariamente, a criação do gado bovino era praticada em campos não demarcados, de sorte que o fazendeiro se via obrigado a ter em sua volta uma numerosa peonada, que não somente atendia as lides do campo, como formava, ademais, a tropa com que o fazendeiro dava, nos primeiros tempos, sua contribuição às guerras de fronteira e, mais tarde, às revoluções que, periodicamente, agitavam a sociedade em formação. Os movimentos armados de 1923 situam-se já na etapa final dessa época. Com o tempo, o fazendeiro foi perdendo as características de chefe militar. De outra parte, os campos foram sendo fechados, desapareceu o gado xucro, as tropas passaram a ser transportadas por trens, de sorte que uma grande parte dos peões teve de abandonar a sua primitiva condição. Assiste-se, então, à corrida dos camponeses sem terra em busca de trabalho periódico nas lavouras de arroz, na época da colheita, ou nas charqueadas e frigoríficos, na safra da carne, com a localização de suas famílias, sob as mais precárias condições, nos subúrbios dos centros urbanos, onde a fome, a miséria e a degradação moral se abateriam impiedosos sobre aqueles homens que, até há pouco, tinham sido um dos fatores da força e do prestígio político dos fazendeiros. A indústria não foi capaz, então, de absorver toda essa mão-de-obra excedente, criando-se todo um conjunto de problemas sociais das chamadas populações marginais.

Embora possam ser assinalados avanços consideráveis no que diz respeito à apuração das raças e outros aspectos técnicos, a criação do boi continua a ser praticada em base extensiva. O pastoreio natural impede uma maior lotação dos campos, limita o desfrute a mais ou menos 12% e não permite o abate dos animais senão aos quatro ou cinco anos. A população bovina se mantém praticamente estacionária, tendo passado de 8,4 milhões, em 1940, para 9,3 milhões, em 1956. O rebanho bovino não acompanha o crescimento da população humana; a relação homem-boi sofreu sensível decréscimo no período assinalado. A matança permanece estancada, oscilando, nos últimos anos, entre 1 e 1,1 milhões de cabeças. Outro índice do atraso dos atuais métodos de criação é dado pela mortandade anual do rebanho, superior a 5%. Entre 1940 e 1951, o número médio de animais vitimados por moléstias, secas, invernos rigorosos e outras causas foi de 500 mil reses; portanto, os estabelecimentos pastoris perdem, anualmente, uma res por duas que são entregues ao mercado. Com esse quadro negativo, contrasta, indubitavelmente, o progresso ultimamente verificado em relação ao rebanho ovino, tanto em qualidade como em quantidade, progresso esse que assegurou uma rápida elevação da produção de lã, que de 20,1 mil toneladas, em 1951, subiu para 27,6 mil toneladas, em 1956.

O baixo nível técnico da produção pastoril é causa da muito fraca rentabilidade do capital neste setor. Em seu trabalho "A operação do trigo", o economista P. R. Schilling demonstra que a renda média dos estabelecimentos pastoris do Município de Encruzilhada do Sul foi, em 1955, de apenas 3,3%. O mesmo autor observa, entretanto, que certas propriedades, em virtude de melhores condições técnicas resultantes de mais elevadas inversões de capital, acusam renda cerca de duas vezes maior do que a média, mas, de qualquer maneira, ainda relativamente pe-

quena. Esta situação tem determinado a ruína de muitos pequenos pecuaristas, proprietários de 200 a 300 hectares de campo, que acabam vendendo suas terras aos latifundiários. Atualmente, muitos proprietários nessas condições arrendam suas terras para a cultura do trigo, por ser isso mais lucrativo. O problema tende a se agravar cada vez mais com o encarecimento da terra provocado pela expansão da triticultura. Uma das saídas será a transformação dos métodos da produção pastoril. O abandono dos métodos rotineiros da produção extensiva deverá ser seguido da adoção de métodos de criação intensiva (melhoria das pastagens, cultivo de pastagens artificiais, construção de poços artesianos, etc.), que assegurem uma maior lotação dos campos, a diminuição da mortandade, a elevação de coeficiente de reprodução dos rebanhos e, portanto, uma mais satisfatória rentabilidade do capital. Do ponto de vista econômico, essa solução importará em uma mais acentuada penetração do capitalismo no setor da produção pastoril.



O Rio Grande do Sul possuía, em 1950, 258.998 propriedades rurais com menos de 100 hectares. Aproximadamente dois terços dessas propriedades se acham localizadas nas zonas coloniais antigas e mais recentes já anteriormente caracterizadas. Municípios há em que a maioria da população rural está ligada à propriedade da terra; por exemplo, no Município de Estrela, para uma população rural de cerca de 28 mil almas, tinham-se, em 1950, 1.103 proprietários com menos de 10 hectares, 1.763 com 10 a 20 hectares, 1.097 com 20 a 50 hectares e 63 com 50 a 100 hectares, (havia 8 propriedades com mais de 100 hectares). O exemplo não reflete, é verdade, as condições médias dos municípios em que predomina a pequena propriedade. Trata-se de um caso em que o parcelamento da terra, por efeito do direito de herança, chegou a um nível muito avançado, com o conseqüente aparecimento do problema do minifúndio. Em outros municípios, a propriedade média aparece em maior proporção, coexiste a grande propriedade em certa escala e é maior o coeficiente dos camponeses sem terra.

O nível técnico da pequena produção camponesa é baixo. Em geral, não se faz uso de adubos e a pequena extensão da propriedade e os poucos recursos do agricultor não facultam o emprego de máquinas custosas (tratores, colheitadeiras, etc.). Em muitos casos, a natureza acidentada da região não permite nem mesmo a utilização do arado. Os agricultores não dispõem de crédito, nem têm a garantia de preços mínimos. A debilidade econômica dos pequenos produtores obriga a esses a vender o fruto de suas colheitas imediatamente após a safra, sendo assim facilmente atingidos por manobras especulativas por parte dos eventuais compradores. Embora a pequena produção camponesa apresente uma relativa estabilidade, o certo é que ela se mantém a custa de enormes privações e do intenso desgaste físico do agricultor e toda a sua família.

O atraso técnico dos métodos de produção conduziu a um estado de relativa saturação da economia agrícola baseada na exploração da pequena propriedade. Quando esse fenômeno ocorreu na primitiva região de colonização, a Encosta da Serra, a pequena propriedade expandiu-se para as terras de mato do Norte, em torno de Erechim, e do Noroeste, em torno de Santa Rosa, com a formação das chamadas colônias novas. Mais tarde, com a saturação das colônias novas, a busca de terras por parte dos filhos dos colonos, contando com alguns recursos, transformou-se em intenso movimento imigratório para Santa Catarina e Paraná. De outra par-

te, muitos filhos de colonos destituídos de recursos foram obrigados a se proletarizar. Em certas zonas, verifica-se a tendência para um tipo de agricultura menos diversificada e mais ligada à produção de matérias-primas para a indústria (fumo, linho, uva, etc.) com o consequente estancamento da produção de gêneros alimentícios de origem agrícola. Por exemplo, nos municípios de Santa Cruz, Venâncio Aires, Lajeado e Estrela, todos pertencentes à região de colonização alemã antiga, processou-se uma intensa especialização da agricultura no cultivo do tabaco e da produção de fumo, que é uma atividade com maior aplicação de capital (fertilizantes, galpões, estufas) e trabalho (tratamento das folhas de tabaco), de sorte que uma família pode assegurar o seu sustento com a posse de área de terra mais reduzida. Mas, afora a monocultura forçar a redução da fertilidade natural, tem ela ainda a desvantagem de enfraquecer a capacidade econômica do produtor, pois o torna dependente da conjuntura de um único produto. É o que acontece com os plantadores de fumo sujeitos à ação monopolista do grupo Sousa Cruz ou os viticultores, obrigados a vender a uva tão logo é colhida aos industriais do vinho. Nas imediações dos centros urbanos importantes e nas linhas de fácil escoamento da produção, as pequenas propriedades tendem a se voltar para atividades do tipo granjeiro.

Embora a pequena produção camponesa sofra de inúmeras limitações inerentes à sua própria natureza, a economia agrícola da região colonial apresenta uma notável superioridade em relação à produção pastoril da grande propriedade do ponto de vista da exploração econômica da terra. No trabalho intitulado "Confronto entre duas regiões - a Fronteira e a Colônia" fizemos a comparação de uma série de índices econômicos, demográficos e financeiros das duas regiões. A região da Fronteira incluía os municípios que limitam com o Uruguai e a Argentina e mais um grupo formando uma faixa contígua à dos municípios limítrofes, todos tipicamente pastoris. A Colônia compreendia o conjunto dos municípios da Encosta da Serra. A mais fraca potencialidade da primeira região foi, naquele trabalho, expressa através de uma série de dados, alguns dos quais aqui resumimos. Embora a Fronteira fosse, então, uma zona eminentemente pastoril, a densidade da população bovina não ia além de 48 cabeças por quilômetro quadrado. Na Colônia, onde a criação de gado bovino é uma atividade secundária, a densidade era de 21,5 cabeças por quilômetro quadrado; portanto, pouco menor do que a metade do índice da Fronteira. A soma dos valores, por quilômetro quadrado, dos rebanhos bovino, ovino e suíno, da Fronteira, de um lado, e da Colônia, de outro, davam, para o ano de 1953, respectivamente, Cr\$ 55.550,00 e Cr\$ 38.010,00; em outras palavras, o valor correspondente à Colônia chegava a quase 70% do achado para a Fronteira. Em 1952, o valor da produção agrícola da Fronteira era de Cr\$ 5.757,00 por quilômetro quadrado, enquanto que o índice da Colônia elevava-se a Cr\$ 80.456,00. Em 1951, havia, na Fronteira, 554 estabelecimentos industriais ocupando 5.596 operários, cuja produção foi avaliada em Cr\$ 932.803.290,00. A Colônia contava, então, com 5.936 fábricas ocupando 5.936 operários e uma produção naquele ano avaliada em Cr\$ 3.972.590.803,00. Em 1953, o índice vital (número de nascimentos por 100 pessoas falecidas), na Fronteira, foi igual a 225,6, ao passo que, na Colônia, atingia o valor 441,1. Em 1952, a arrecadação pública global (Federal, Estadual e Municipal) *per capita* foi de Cr\$ 664,70, na Fronteira, contra Cr\$ 770,60, na Colônia. Expressando a arrecadação global em termos de valor por quilômetro quadrado, tinha-se, para a Fronteira, Cr\$ 4.029,50, enquanto que o índice

relativo à Colônia elevava-se a Cr\$ 31.455,50, isto é, cerca de oito vezes mais. Os dados confrontados mostram que a pequena produção camponesa, em que pesem as suas desvantagens, criou as condições para uma atividade agrícola relativamente intensa, estimulou o surgimento de notável atividade industrial e propiciou o estabelecimento de um forte intercâmbio comercial, ao passo que tudo isso não se deu na região da grande propriedade pastoril.



Foi com o desenvolvimento da orizicultura, principalmente a partir da década de vinte, que o capitalismo começou a penetrar intensamente no campo. Na cultura do arroz, as relações de produção capitalista se entrelaçam fortemente com relações semifeudais, que se objetivam, por exemplo, nas diversas formas de parceria. A cultura de arroz requer terras extensas, planas e facilmente irrigáveis. É uma forma de exploração agrícola que importa em grandes inversões de capital em máquinas, adubos, materiais agrícolas e benfeitorias (casas, depósitos, canais, esgotos, estradas, secadoras, etc.). Na safra de 1955/56, o capital invertido em maquinaria agrícola, terras, benfeitorias e açudes aproximou-se de 5,2 bilhões de cruzeiros. O número de lavouras elevou-se a 6.576, sendo 3.075 pequenas (até 9 hectares) e 3.501 grandes (mais de 9 hectares). O tamanho médio das pequenas lavouras era de 4,9 hectares e das grandes, 72,5 hectares. A tendência é para as lavouras de grande porte; no citado período agrícola, as lavouras com mais de 50 hectares ocupavam 77% da área total plantada com arroz.

Os estabelecimentos orizícolas utilizam terras próprias ou arrendadas, mas a área plantada em terras arrendadas correspondia a 75,7% do total. O arrendamento é pago em percentagem sobre a produção ou em dinheiro. A modalidade de arrendamento em percentagem é a mais frequente. A taxa de arrendamento varia grandemente. O "Anuário estatístico do arroz — safra 1955/56" relaciona mais de 50 Municípios, mostrando que, para os contratos referentes apenas a fornecimento de terra, a taxa ia desde 9,77%, em São José do Norte, até 26,27%, em São Francisco de Assis, com uma incidência média de 16,92%. Uma outra relação, compreendendo 37 Municípios, dá para os contratos de fornecimento de terra e água, a taxa média de 30,88%, chegando a 44,65%, em São Sepê. Em um grupo de 6 municípios, os contratos prevendo o fornecimento de terra, água e trilha apresentavam a taxa média de 47,81%. Há, ainda, outras formas de contrato: terra, água e material; água e secagem; terra, água e lenha; terra e lenha; terra, água e adubo; terra, água e semente etc. O simples fornecimento de terra predomina nas lavouras maiores, aparecendo o arrendatário como plantador capitalista típico. Os contratos que incluem serviços suplementares da parte dos proprietários são feitos com os plantadores que não possuem recursos suficientes para se aparelharem devidamente por conta própria. Então, o caso extremo é aquele em que o plantador aparece como simples parceiro. O arrendamento em dinheiro ocorre na proporção de cerca de 25%, sendo a modalidade usual de contrato quando a terra é arrendada a firmas capitalistas (muitas vezes ligadas a engenhos locais), que se equipam elas mesmas para a irrigação e outros serviços e praticam o subarrendamento total ou parcial. Quando há somente o fornecimento de água, o subarrendatário entrega até mais de 25% da colheita à empresa capitalista e mesmo 50% no caso de outras formas de contrato. O subarrendatário, na maior parte das vezes, não passa de um simples parceiro.

As lavouras de arroz comportam um certo número de trabalhadores assalariados de caráter permanente, havendo tarefas que costumam ser executadas por empreitada (preparação de taipas, condutos etc.). Estima-se que os trabalhadores fixos somem aproximadamente 30 mil. Embora as lavouras sejam grandemente mecanizadas, a colheita é, ainda, quase que totalmente feita à mão, de sorte que, por ocasião de corte, é preciso mobilizar mão-de-obra especial, que é recrutada em zonas pobres, por exemplo, o litoral Norte do Estado, o Sul de Santa Catarina etc. As más condições de vida dos trabalhadores das lavouras de arroz não encontram paralelo em qualquer outro setor agropastoril do Estado. Os alimentos são mais caros do que nos centros urbanos, devido à ausência de produção local, o trabalho estende-se de sol a sol e não há assistência alguma.

O conjunto de relações de produção complica-se com a presença do fator usurário. Menos de um quarto da área plantada é constituído de lavouras autofinanciadas. A parte restante vale-se de financiamentos proporcionados pelo Banco do Brasil e firmas particulares. Os empréstimos do Banco do Brasil não beneficiam comumente os pequenos lavoureiros. Mas, mesmo os lavoureiros maiores são muitas vezes compelidos a recorrer ao crédito suplementar fornecido por comerciantes ligados ao ramo ou empresas atuando com engenhos nas zonas produtoras, para poderem enfrentar todas as despesas até a colheita. Frequentemente, ao contrair o empréstimo o plantador assume o compromisso de vender a colheita a preço previamente estabelecido ou a combinar por ocasião da entrega. O lavoureiro fica, então, amarrado ao dono da terra, ao Banco do Brasil e ao capital usurário particular, tornando-se facilmente vítima das manobras especulativas que o obrigam a vender a sua produção abaixo da tabela oficial. Há casos de empresas capitalistas que trabalham terras próprias e, além disso, possuem engenhos, de sorte que elas não somente arrendam terras ao plantador como ainda a esse fornecem financiamento e, por fim, compram a produção. Neste círculo de ferro, muitos plantadores se transformam em devedores crônicos ligados às empresas por relações de dívidas que subsistem anos após anos.

Como é óbvio, o monopólio da terra cria enormes dificuldades a uma maior expansão da cultura capitalista de arroz, agravando seriamente o custo de produção. No período agrícola de 1955/56, o arrendamento da terra representou, em média, 14,4% de custo das lavouras. Em vista dos arrendamentos serem feitos a curto prazo, os arrendatários não têm inteiro interesse em manter a fertilidade do solo. A não ser no caso de empresas capitalistas mais avançadas e fixas, reina o nomadismo das lavouras. Um das conseqüências do gravame imposto pelo monopólio da terra à cultura do arroz é a elevação do custo de produção a níveis que dificultam seriamente a exportação dos excedentes. A esse fator não deve ser estranho o fato de a área plantada, depois de ter subido continuamente desde 133.609 hectares na safra de 1940/41 para 315.970 na safra de 1954/55, apresentar a tendência para uma baixa gradual nos últimos períodos agrícolas, chegando ao nível de 269.340 hectares no período de 1956/57.



Penetração capitalista no campo muito mais intensa de que a provocada pelo arroz está ocasionando a triticultura, com implicações econômicas e sociais por isso mesmo mais profundas. Depois da experiência dos agricultores açorianos, a plantação do trigo foi reiniciada, no Estado, pelos imigrantes italianos, que, entretanto, trabalhando em região mon-

tanhosa, não tiveram como desenvolvê-la em larga escala. A produção vivia mais ao auto-abastecimento das próprias zonas produtoras. A partir de 1940 é que começou a se verificar o impetuoso desenvolvimento da lavoura mecanizada do trigo fora da região colonial. A área plantada, que era, então, de 169.517 hectares, cresceu gradativamente depois disso, atingindo 1.109.010 hectares em 1956. Presentemente, as lavouras mecanizadas estendem-se através dos campos de "barba-de-bode" até então imprestáveis da região serrana e das terras planas da Campanha, onde, antes, imperava absoluta a atividade pastoril.

O número de triticultores ascendia a 138.685 em 1957, sendo de 23.341 as lavouras com mais de 5 hectares. A mecanização da lavoura do trigo é mais completa do que a do arroz, pois inclui a colheita. O capital investido na cultura do trigo é calculado em 10 bilhões de cruzeiros. A triticultura gaúcha está empregando largamente os mais modernos métodos da técnica agrônômica (adubação intensiva, calagem, curvas de nível, rotação de cultura, etc.).

Uma grande parte das lavouras de trigo, especialmente as maiores, trabalham com terras arrendadas. O arrendamento é pago em percentagem sobre a produção ou em dinheiro. As relações de produção envolvem os proprietários de terra, os plantadores capitalistas e os trabalhadores assalariados. Os trabalhadores assalariados atuando na triticultura são mais estáveis, mais numerosos e de nível técnico mais elevado do que os da orizicultura e chegam a algumas dezenas de milhares. A figura do parceiro não aparece com a mesma frequência que no caso do arroz. Do ponto de vista das relações de classe no campo, o desenvolvimento da triticultura se está refletindo na formação de uma nova e forte camada de plantadores capitalistas e no rápido fortalecimento da classe dos trabalhadores rurais. Milhares de famílias de camponeses sem terra, que se haviam transformado em marginais, retornam ao campo na condição de assalariados.

Afirma-se que, somente em Cruz Alta, 2 mil famílias que viviam na periferia da cidade estão hoje integradas na produção junto às 600 lavouras mecanizadas existentes no Município.

Uma das mais importantes consequências da expansão da triticultura é o extraordinário encarecimento das terras que ela provocou. A cultura do arroz não chegou a ocasionar um efeito tão pronunciado, neste particular, entre outras razões porque se limitou por sua própria natureza, aos vales dos rios e terras pantanosas. Quanto à triticultura, não somente a área plantada é muito maior, como — e isso é o importante — o cereal-rei penetrou extensamente em regiões tradicionalmente pastoris. Em seu estudo "A operação trigo", o economista P. R. Schilling, mostra que o preço médio de uma quadra de sesmaria de campo (87,12 hectares), no Município de Encruzilhada do Sul, variava, em 1949, de 20 a 50 mil cruzeiros. Os arrendamentos eram, então, de 2 a 5 mil cruzeiros anuais. Depois de sete anos, com a penetração capitalista da lavoura mecanizada do trigo, a procura das terras elevou as taxas de arrendamento a 20 mil cruzeiros para a pecuária e a 50 mil para a exploração agrícola, ocasionando a elevação proporcional dos preços da terra. As terras passaram a ser negociadas na base de 200 a 500 mil cruzeiros por quadra de sesmaria, registrando assim um aumento de 1.000% em sete anos (uma parte do aumento é formal e se liga à desvalorização da moeda).

É claro que o fantástico encarecimento das terras atua como um freio opondo-se ao ulterior desenvolvimento da triticultura. O monopólio da

terra força a canalização das vantagens oferecidas pelo crédito oficial à lavoura do trigo a filtrar para as mãos dos proprietários rurais na forma de renda, diminuindo assim os estímulos que poderiam encontrar os plantadores capitalistas. Economicamente muito importante é o reflexo do encarecimento da terra em relação à pecuária. A rentabilidade da criação de gado em moldes extensivos era já muito pouco satisfatória. Agora, o encarecimento da terra tende a criar uma situação insustentável para os métodos tradicionais utilizados no setor da pecuária. No mesmo tempo em que o preço da terra aumentou de dez vezes, o valor do boi apenas triplicou. A situação exige a adoção de métodos mais racionais e econômicos de exploração da terra. A penetração capitalista no campo coloca, pois, na ordem do dia, o problema da elevação do nível técnico da produção pastoril como meio de a pecuária poder subsistir e progredir associada à agricultura em uma fase nova de expansão das forças produtivas.



O estudo dos diferentes tipos de economia agrária, em nosso Estado, que acaba de ser feito, fornece os elementos para uma fácil interpretação da situação dos ramos principais de nossas atividades agropastoris. A maior parte da área das propriedades rurais se acha reservada à criação, restando para a agricultura a fração menor. Em 1950, a área total das propriedades rurais — 22.069.375 hectares — se achava assim distribuída:

Lavoura	2.502.691ha
Pastagens	14.616.177ha
Matas	2.270.802ha
Terras incultas	1.806.465ha

Portanto, os campos de pastagem ocupavam 66,2% da área total e as atividades agrícolas apenas 11,3%. Porém, o valor da produção pecuária (carne e lã) é muito inferior ao da produção agrícola. No ano de 1955, a produção pastoril primária (abate de 1 milhão de bovinos avaliado em 4,5 bilhões de cruzeiros e de 600 mil ovinos no valor de 1,2 bilhões de cruzeiros e mais 1,6 bilhões de cruzeiros em lã) não foi além de 7,3 bilhões de cruzeiros (Cr\$ 500,00 por hectare). Naquele mesmo ano a produção agrícola foi estimada em 17,2 bilhões de cruzeiros (Cr\$ 6.800,00 por hectare). Fica, pois, mais uma vez evidenciado o caráter economicamente irracional da criação extensiva como método de produção da grande propriedade pastoril, que é igualmente responsável pela contenção das forças de produção nesse setor, especialmente expressa no limite de um milhão de cabeças em que permanece, desde muitos anos, o abate de gado bovino.

Também a produção agrícola não se tem desenvolvido de forma inteiramente satisfatória em todas as culturas fundamentais. Em 1956, seis culturas — trigo, milho, arroz, mandioca, feijão e soja — abrangiam 87,9% da área cultivada do Estado, que era de 3.217.113 hectares:

Trigo	1.109.010ha
Milho	1.063.500ha
Arroz	290.030ha
Mandioca	166.138ha
Feijão	145.467ha
Soja	72.974ha

No período de 1951-56, as áreas cultivadas dos seis produtos aumentaram nas proporções seguintes: trigo, 99,1%; milho, 20,3%; mandioca, 23,9%; feijão, 2,5% e soja, 53,7%. A área cultivada com arroz aumentou de 34,8%, no período de 1951-55. Portanto, apenas registraram aumentos relativos elevados de área cultivada as culturas do trigo e do arroz, que se praticam sob moldes capitalistas, e a da soja, que se desenvolve, em grande parte, como um tipo de produção subsidiária da triticultura. O crescimento foi, ainda, substancial no caso do arroz, mas especialmente notável apresentou-se o ritmo de expansão da triticultura. É interessante observar que, no quinquênio de 1951-56, a área cultivada global, no Estado, sofreu uma ampliação superior a 940 mil hectares, mas desse total mais de 640 mil hectares correspondem ao trigo, arroz e soja. A penetração capitalista, no campo, revela-se, pois, como um fenômeno que se faz acompanhar do rápido incremento da produção agrícola, incremento que somente não é mais intenso em virtude da ação freadora que exerce o monopólio da terra através das elevadas taxas de arrendamento impostas pelos grandes proprietários.

As culturas típicas da pequena produção camponesa — mandioca, milho e feijão — tiveram também suas áreas aumentadas, mas em modestas proporções. Excluídas as culturas do trigo e do arroz, a área cultivada com os demais ramos da produção agrícola acusou, no período de 1951 a 1956, uma elevação de 20,9%. O crescimento mais moderado da produção agrícola referente à pequena propriedade deve-se fundamentalmente a dois fatores: o baixo nível técnico da produção e a ação coercitiva do monopólio da terra dificultando a multiplicação do número de pequenas propriedades através da incorporação de novas áreas. Os maiores índices de crescimento da pequena produção camponesa aparecem entre as culturas fornecedoras de matérias-primas para a indústria, tais como linho, uva e fumo, mas estas culturas, em conjunto, ocupavam, em 1956, apenas um pouco mais de 140 mil hectares.

5 — Desenvolvimento Industrial

As primeiras indústrias que apareceram em território gaúcho foram aquelas relacionadas com a pecuária — as indústrias do charque e do couro. Mais tarde, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, em 1824, começou a surgir toda uma série de indústrias artesanais, que os imigrantes montavam com base nos conhecimentos técnicos que traziam de sua terra de origem. Outro tanto aconteceria com a vinda dos imigrantes italianos. De fato, a nossa indústria é o resultado da gradual transformação em estabelecimentos fabris das pequenas oficinas instaladas pelos imigrantes alemães e italianos e seus filhos. Em favor desse processo de transformação e da criação das bases do futuro parque industrial gaúcho atuaram principalmente a existência de um mercado interno em expansão, a ocorrência abundante de matérias-primas de natureza agropastoril e as grandes distâncias em relação aos outros centros manufatureiros do País.

No início deste século, o Rio Grande do Sul possuía já numerosos estabelecimentos industriais, com uma produção bastante diversificada. O censo de 1907 colocava o Rio Grande do Sul em igualdade de condições com São Paulo quanto ao número de estabelecimentos fabris, é verdade que apresentando índices algo inferiores relativamente ao número de operários ocupados e valor da produção. A primeira guerra mundial estimulou o progresso industrial nos principais centros do País. Mas, foi principalmente o parque industrial de São Paulo que deu o maior salto. Já o censo de 1920 viria situar São Paulo, definitivamente, à frente das demais unidades da Federação. Embora, tivesse igualmente avançado nesse período, o Rio Grande do Sul não foi capaz de acompanhar o ritmo de crescimento acusado pela indústria paulista. No ano de 1920, São Paulo apresentava um parque industrial com um número de estabelecimentos 2,4 vezes maior do que o, então, existente no Rio Grande do Sul, ocupando 3,4 vezes mais mão-de-obra e produzindo 2,2 vezes mais em valor. A disponibilidade de capitais relativamente abundantes, oriundos da exportação do café, refletia-se positivamente na expansão industrial de São Paulo.

De 1920 a 1950, continuou a crescer a indústria rio-grandense, acusando, entretanto, um ritmo de crescimento mais lento entre 1920 e 1940 do que no período de 1940 a 1950. A causa principal do maior avanço no último período foi a segunda guerra mundial, que obrigou a criação de novas indústrias para a produção de numerosos artigos cuja importação se tornara difícil ou mesmo impossível. Em 1950, o valor da produção industrial gaúcha foi avaliada em 10,1 bilhões de cruzeiros. Tinha-se, então, uma produção *per capita* de Cr\$ 2.420,00, muito menor do que o índice correspondente a São Paulo — Cr\$ 6.180,00 — e apenas um pouco superior à média para o Brasil — Cr\$ 2.240,00. No período de 1940 a 1950, o valor da produção industrial gaúcha aumentou de 5,9 vezes, taxa essa muito menor do que a de 7,2 de São Paulo, mas inclusive inferior à média para o Brasil — 6,7. Subsiste, também, o caráter fragmentário de nossa indústria tal como se pode deduzir do número médio de operários por estabelecimento que, em 1950, era igual a 7 contra 19 para São Paulo e 14 para o Brasil.

Em 1955, o número de estabelecimentos que compunham o parque industrial do Rio Grande do Sul ascendia a 18.821 e o valor da produção industrial a 33,8 bilhões de cruzeiros. Do total do valor da produção couberam a Porto Alegre 22,0%, entrando em seguida Rio Grande com 7,2%, Pelotas com

6,2%, Caxias do Sul com 5,3%, São Leopoldo com 4,4%, Novo Hamburgo com 4,0% e Santa Cruz do Sul com 2,6%. A média mensal de operários ocupados nos estabelecimentos foi de 144.752, registrando-se as maiores concentrações nos seguintes Municípios: Porto Alegre, 19,8%; Novo Hamburgo, 6,3%; São Leopoldo, 5,8%; Caxias do Sul, 5,5%; Rio Grande, 5,3%; Pelotas, 4,4%; São Jerônimo, 3,6%; e Santa Cruz do Sul, 2,2%.

A indústria gaúcha é, essencialmente, uma indústria transformativa, na qual se sobressai, por sua predominância em relação aos demais setores, a indústria de alimentação (descasque de arroz, moagem de trigo, fabricação de banha, charque, etc.), que sozinha perfaz 42% do valor global da produção industrial do Estado. Seguem-se numerosos outros importantes setores, mas todos muito distanciados: a) vestuários, calçado e artefatos de tecidos, 7,9%; b) indústria química e farmacêutica, 6,6%; c) indústria metalúrgica, 5,8%; d) indústria da madeira, 5,4%; e) tecidos, 4,9%; f) couros e peles e produtos similares, 4,6%; g) bebidas, 4,5%; h) fumo, 4,0%; i) transformação de minerais não metálicos, 3,3%. Quanto à fabricação de meios de produção, trata-se de um setor que tem ainda pouca significação no conjunto das atividades industriais em nosso meio.

É claro que o processo de industrialização do Estado, iniciado no princípio do presente século, sob o influxo de certas condições favoráveis — a existência de um mercado interno em expansão e de matérias-primas de origem agropastoril abundantes e mais as longas distâncias em relação aos parques industriais do centro do País — tinha de encontrar pela frente todos os percalços decorrentes de uma economia regional atrasada, muitas vezes em contradição com os interesses econômicos das outras regiões do País, mas sobretudo porque enquadrada na conjuntura geral de um país subdesenvolvido em plena época de apogeu do imperialismo. Não contou o Rio Grande do Sul, para a formação e o desenvolvimento de sua indústria, com uma acumulação primitiva de capitais semelhante à que ofereceu a cultura do café em São Paulo. A pecuária estava muito longe de poder atuar nesse sentido, dado o seu caráter de exploração extensiva e, além disso, porque a exploração exercida pelos frigoríficos estrangeiros, que aqui se instalaram depois da primeira guerra mundial, mantiveram aquele setor da produção gaúcha, então o mais importante, em situação de crise permanente durante as décadas de 20 e 30. Também, os governos estaduais da época, tipicamente representativos dos interesses da grande propriedade pastoril, pouca ou nenhuma inclinação manifestavam em amparar a indústria nascente. Em 1928, firmou-se com a Companhia Energia Elétrica Rio-grandense, subsidiária da Bond and Share, um contrato leonino, entregando-se à mesma o serviço de luz e força da capital, onde se localizava a maior concentração industrial do Estado. A péssima natureza dos serviços prestados pela concessionária norte-americana, o regime de relacionamento que ela não tardou em implantar e as altas tarifas cobradas causaram enormes dificuldades e prejuízos à indústria na capital, obrigando os industriais a desviarem vultosas somas na instalação de geradores próprios e a muitos outros deslocarem seus estabelecimentos para áreas mais afastadas. Somente em 1943, quando a indústria pesava já mais consideravelmente no conjunto da produção e o próprio Governo estadual começava a refletir, de certa maneira, as novas forças econômicas e sociais em desenvolvimento, é que se organizou a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), como entidade autárquica, destinada a executar o plano estadual de eletrifi-

cação, nos moldes de uma empresa de capitalismo de Estado. Não obstante a carência de recursos, a CEEE elevou a capacidade geradora, no Estado, para 180 mil quilowatts, concorrendo notavelmente para a solução do problema da energia elétrica.

Nos últimos anos, chegaram a se constituir importantes unidades fabris e a indústria gaúcha alcançou um nível apreciável, mas os índices de produção e crescimento, quando comparados aos de outras regiões ou mesmo a índices médios do País, não se apresentam como inteiramente satisfatórios. A indústria gaúcha continua sendo na sua quase totalidade uma indústria transformativa, grandemente fragmentária, essencialmente ligada à elaboração de bens de consumo a partir das matérias-primas agropecuárias regionais. É claro que uma indústria com estas características tem de estar condicionada, necessariamente, às limitações da própria produção agropastoril. E, finalmente, sobre uma tal indústria, fraca por sua natureza e sempre carente de capitais, deveriam exercer efeitos altamente negativos certas medidas, quando não a omissão, do Governo federal — por exemplo, a restrição do crédito, a criação das categorias cambiais colocando em situação desfavorável, os equipamentos para a indústria, o sistema de âgios carreando para fora do Estado enorme numerário, o descaso dos estabelecimentos oficiais de crédito em estimular alguns ramos da produção industrial com grandes possibilidades locais (pesca, lavagem e fiação da lã, etc.) — muitas delas determinadas pelo caos financeiro em que se debate o País como consequência da exploração imperialista ou mesmo refletindo diretamente a criminosa tendência de favoritismo ao capital estrangeiro em detrimento dos mais legítimos interesses nacionais.

6 — Caráter da Produção e Exportação

A produção rio-grandense é, na sua maior parte, constituída de bens de consumo interno no País, especialmente produtos alimentícios. É relativamente grande o volume da exportação geral do Estado, mas as vendas para o Exterior representam apenas uma pequena parte da exportação total. A relação dos produtos que integram a pauta de exportação e a variação dos volumes exportados refletem o caráter e a tendência da evolução da produção do Estado.

Em 1956, as exportações de produtos rio-grandenses para as demais unidades da Federação e o estrangeiro totalizaram mais de 27,9 bilhões de cruzeiros. A exportação é bastante diversificada. Os doze principais produtos exportados reuniam cerca de 74% do valor global das exportações: arroz, 4.740 milhões de cruzeiros; lã, 2.636 milhões; trigo em grão, 2.001 milhões; banha, 1.923 milhões; carnes, 1.608 milhões; charque, 1.274 milhões; calçados de couro, 1.157 milhões; fumos, 953 milhões; madeiras, 875 milhões; vinho, 819 milhões; couros, 674 milhões e farinha de trigo, 559 milhões.

No quinquênio de 1951/56, o volume da exportação geral passou de cerca de 1.482 a 1.777 mil toneladas, registrando-se, pois, um aumento relativamente moderado de 19,9%. Alguns dos principais produtos da pauta apresentaram substanciais modificações quanto à tonelagem exportada. A tonelagem da madeira exportada sofreu uma redução de quase 100% (408 para 214 mil toneladas). Em compensação, três produtos — o arroz, o trigo e a lã — acusaram aumentos da ordem de 100%: o volume do arroz exportado passou de 222 para 498 mil toneladas, o de trigo de 125 para 246 mil toneladas e o de lã, de 10 para 29 mil toneladas. A evolução da exportação do arroz e do trigo reflete a expansão da produção agrícola em base capitalista e a da lã, a tendência da grande propriedade pastoril de encontrar uma produção de maior rentabilidade. As exportações de produtos da pecuária (carne, charque, couro), salvo a lã, e de produtos relacionados com a pequena produção camponesa (banha, fumo, vinho), em geral, não assinalaram mais do que aumentos moderados. Um notável aumento de quase 100% foi consignado pela exportação de calçados de couro (2.755 para 4.115 toneladas).

Do valor global da exportação geral, apenas pouco mais de 2,7 bilhões de cruzeiros corresponderam, em 1956, às vendas para o Exterior. As exportações para o Exterior representaram, pois, menos de 10% sobre o valor da exportação geral. Os seguintes sete produtos englobaram 94,5% do valor das exportações para o estrangeiro: madeiras, 759 milhões; arroz, 532 milhões; lã, 476 milhões; carnes, 282 milhões; fumo, 203 milhões; soja, 197 milhões e couros, 124 milhões. Os principais compradores foram: Uruguai, 337 milhões de cruzeiros; Argentina, 307 milhões; Japão, 296 milhões; Indonésia, 238 milhões; Espanha, 237 milhões; Estados Unidos, 164 milhões; Luxemburgo, 102 milhões; Tcheco-Eslôvquia, 101 milhões; Alemanha, 94 milhões e Grã-Bretanha, 90 milhões. Os dois principais compradores foram os países do Prata. Os Estados Unidos absorveram apenas 6,0% do valor da exportação para o estrangeiro. Um país do campo socialista — a Tcheco-Eslôvquia — figurou com 3,7%, mas não é um comprador tradicional, da mesma forma como a Indonésia, o Japão, a Espanha e o Luxemburgo. A esses países foram feitas vendas ocasionais, fato que aliás vem se constituindo em uma situação anômala para a exportação rio-

-grandense, qual seja o de não contar com mercados permanentes para certos de seus produtos, exportados ou não conforme as circunstâncias.

O volume da exportação para o estrangeiro tem diminuído enormemente nos últimos anos. No quinquênio de 1951/56, o volume da exportação baixou de 531 para 363 mil toneladas. Os produtos mais afetados foram a madeira (345 para 181 mil toneladas) e os couros (14,7 para 7,0 mil toneladas). Apenas a lã acusou um aumento notável, passando de 0,7 para 5,7 mil toneladas. Também o arroz e a carne — dois produtos de exportação tradicionais — vêm registrando fortes reduções em suas vendas para o Exterior. Ainda em 1948, o Rio Grande do Sul exportava 33,6 mil toneladas de carne fria, mas, depois de praticamente suspensa a exportação no ano de 1954, as vendas, em 1956, não foram além de 9,6 mil toneladas. Quanto ao arroz, a exportação, que alcançou 178 mil toneladas em 1952, esteve suspensa em 1953 e 1954 e chegou a 101 mil toneladas em 1956.

Embora os dados acima enumerados revelem que a produção rio-grandense se acha ligada, fundamentalmente, ao mercado interno, o certo é que o incremento das exportações para o Exterior não é apenas desejável como meio de aumentar a obtenção de divisas para o País, como também uma necessidade premente para que importantes setores da produção rio-grandense possam se manter nos níveis atuais e, com mais razão, ampliar-se conforme suas possibilidades. Entre tais setores, encontram-se a pecuária e a indústria da carne em face à provável perda dos mercados de charque do Norte para os produtores do Centro do País, a orizicultura com a crescente produção dos outros Estados, a vinicultura com a existência de enormes estoques de vinho sem escoamento e a lã cuja produção está sobrepassando largamente a capacidade de absorção da indústria nacional. A exportação continuada desses e outros produtos depende, em grande parte, da conquista de novos mercados, de sorte que o estabelecimento de relações comerciais com todos os países viria abrir excelentes perspectivas também para a produção gaúcha.

7—Ação do Imperialismo e Posições Locais do Capital Estrangeiro

A ação do imperialismo sobre os países subdesenvolvidos sempre se traduziu no duplo efeito da distorção e da asfixia das respectivas economias nacionais. A distorção resulta da tendência dos grupos monopolistas estrangeiros transformarem as economias dos países subdesenvolvidos em meros apêndices produtores de matérias-primas e determinados produtos agrícolas para as grandes potências imperialistas. A asfixia provém da ação desenfreada em busca de lucros, que não raro adquire características de autêntica rapinagem organizada.

O Brasil não escapou à regra. A exploração a que os trustes estrangeiros estão submetendo o País provoca, anualmente, a evasão de fantásticas e sempre crescentes quantidades de divisas, na forma de remessas de lucros, amortizações, juros, dividendos e *royalties* para o Exterior. Mas, a esta verdadeira sangria dever-se-ão, ainda, acrescentar as enormes perdas impostas ao País pela especulação a que os trustes estrangeiros submetem nossos produtos no comércio internacional, a exemplo do que, recentemente, se tentou fazer com relação ao café. Outro aspecto da exploração imperialista é o contínuo aviltamento de nossa produção exportável, ao mesmo tempo que encarecem cada vez mais os produtos manufaturados, os equipamentos, etc., que somos obrigados a importar. Foram os seguintes os valores e os volumes da exportação brasileira nos anos do quinquênio de 1953/57:

	Valor (US\$ 1.000.000)	Volume (1.000 toneladas)
1953	1.539	4.378
1954	1.562	4.289
1955	1.423	6.186
1956	1.482	5.751
1957	1.392	7.713

Vê-se, assim, que, embora a tonelagem exportada tenha aumentado em mais de 50%, o montante em dólares recebido diminuiu sensivelmente no quinquênio considerado. O efeito da exploração imperialista é o de reduzir ao mínimo os recursos em divisas com que o País pode contar para a aquisição no Exterior de equipamentos, máquinas, meios de transporte etc., indispensáveis para promover a expansão das forças produtivas nacionais. A redução da taxa de acumulação capitalista exerce uma ação de asfixia geral sobre todo o organismo econômico nacional.

Mas, a esta ação geral sobre o conjunto somam-se, ainda, nas áreas economicamente menos desenvolvidas do País, efeitos negativos especiais da ação do imperialismo, que agravam as contradições resultantes do desigual desenvolvimento capitalista do País e impedem um mais harmonioso crescimento da economia nacional.

Um importante setor da economia gaúcha em que o capital estrangeiro detém fortes posições é o da indústria da carne. Depois da primeira guerra mundial, os monopólios norte-americanos da carne, já fixados em outros pontos da América do Sul, voltaram-se também para o Rio Grande

do Sul, aqui montando os primeiros frigoríficos. Foram instalados os estabelecimentos da Swift, um em Rio Grande e o outro em Rosário do Sul, e o da Armour, em Livramento. A Armour & Co. pertence ao grupo financeiro norte-americano de Chicago, ao passo que a Swift & Co. faz parte do grupo Kuhn-Loeb-Morgan, mas ambos os consórcios mantêm estreitas vinculações. Mais tarde, foi construído, em Pelotas, um frigorífico da Anglo, companhia inglesa. No princípio deste ano, anunciou-se a fusão, no Rio Grande do Sul, das empresas Armour e Swift.

Os frigoríficos estrangeiros passaram a desenvolver uma concorrência ruinosa contra as charqueadas existentes desde muito tempo. A ação monopolista dos frigoríficos era sobremodo facilitada pelo domínio de uma técnica superior e por toda sorte de manobras que lhes permitia a potência econômica que representavam. Uma das manobras que muito usavam os frigoríficos foi aquela que consistia em provocar a alta dos preços do gado, forçando os charqueadores a acompanhar os preços na compra do boi para a industrialização. Enquanto isso, os frigoríficos forçavam a baixa dos preços do charque, nos mercados consumidores do Norte, deslocando assim o produto das charqueadas nacionais. A falência dos charqueadores foi o resultado inevitável dessas manobras. Os criadores, por sua vez, viam-se obrigados a inverter maiores somas na compra de animais para invernar. No ano seguinte, sem a concorrência das charqueadas nacionais ou com a presença destas seriamente, debilitadas, os frigoríficos podiam impor ao fazendeiro o preço do boi. E, assim, levaram também os fazendeiros à ruína, especialmente os pequenos e os médios. Um grande número de fazendas de criação passou, então, para a órbita bancária ou foram absorvidas por fazendeiros de maiores recursos. Em discurso que pronunciou na Assembléia Legislativa (15/3/55), o Deputado Aramis Silva, ex-presidente do Instituto Sul-Rio-Grande de Carnes, analisou detalhadamente essas manobras dos frigoríficos estrangeiros, inclusive citando os nomes de numerosos pecuaristas que, na época, foram financeiramente arruinados.

No fim da década de 30, começou a ressurgir a indústria nacional do charque com apoio na organização de cooperativas de pecuaristas e na construção de estabelecimentos trabalhando com técnica mais aperfeiçoada. Presentemente, existem 10 cooperativas produzindo charque e mais cinco estabelecimentos particulares nacionais também produtores de carne salgada. Nos últimos anos, acentuou-se a tendência das cooperativas e industriais gaúchos da carne de enveredarem para a produção de carne fria, que é tecnicamente mais adiantada que a indústria saladeiril. Há, atualmente, quatro estabelecimentos nacionais atuando no setor da indústria do frio. Do ponto de vista das relações de classe, é importante ter em conta não somente a luta que, desde muitos anos, mantêm um amplo setor de grandes proprietários rurais dedicados à pecuária contra os frigoríficos estrangeiros, mas ainda o fato de que aquela luta se objetiva através de um movimento cooperatista que identifica os pecuaristas com a condição, embora não predominante, de industriais. É bem verdade, que, de outra parte, os frigoríficos procuram compensar a situação estreitando suas vinculações junto a certos grandes fazendeiros, que atuam como seus compradores de gado nas diferentes zonas de criação.

A participação do capital estrangeiro na indústria e exportação da carne é atestada pelos dados expostos a seguir. Em 1956, os frigoríficos estrangeiros abateram 17,5% da matança geral no Estado. Considerando apenas o gado abatido para a produção de carne fria e charque, a partici-

pação dos frigoríficos estrangeiros alcançou 36,7%. Os frigoríficos estrangeiros abateram 22,9% do gado sacrificado para a produção de charque e 77,1% do gado abatido para a produção de carne fria. As empresas norte-americanas (Armour e Swift) totalizaram 80,8% das matanças efetuadas nos frigoríficos estrangeiros cabendo a parte restante à Anglo. A influência dos frigoríficos estrangeiros no tocante à industrialização do boi, no Rio Grande do Sul, é ainda maior do que se poderia deduzir simplesmente dos dados referidos. Os frigoríficos não somente dispõem de maiores recursos financeiros e melhor técnica, mas ainda contam com posições de domínio no mercado produtor do Brasil Central, onde inclusive possuem fazendas de criação. Nessas condições, podem fornecer charque mais barato para o tradicional mercado do Norte, de sorte que o prognóstico é de ser esse centro consumidor brevemente perdido para o Rio Grande do Sul.

Outro setor importante em que se faz presente decisiva influência do capital estrangeiro é o do fumo. O fumo representa a oitava cultura mais importante do Estado em valor de produção e o terceiro item de nossa exportação para o Exterior. A industrialização, o comércio e a exportação do fumo se acham sob o domínio do grupo Sousa Cruz. A Cia. de Cigarros Sousa Cruz encabeça em âmbito nacional um conjunto de empresas com integração vertical quase completa (comércio do fumo em bruto, fabricação de cigarros e charutos, fabricação de papel para cigarros, indústria gráfica, etc.). O grupo está ligado, internacionalmente, ao capital inglês através de três companhias (Cia. Continental de Cigarros, a Fonseca & Pires Ltda. e a Mydleton Investment Co. Ltd.), que aparecem como acionistas de várias empresas do grupo. O controle das companhias é feito pela British-American Tobacco Co. que é um truste resultante da fusão da Imperial Tobacco Co., inglesa, e da American Tobacco Co., americana, destinado a atuar fora dos mercados inglês e americano. O grupo Sousa Cruz controla, praticamente, a produção de fumo do Estado (maior centro produtor do País), adquirindo a maior parte do produto colhido. Em 1956, mais da metade da exportação gaúcha de fumo em folhas foi realizada pelo grupo Sousa Cruz.

O grupo Bunge & Born é outro poderoso grupo internacional com profundas radicações no Estado. O grupo atua, em âmbito nacional, através, pelo menos, de 16 empresas, que se ligam aos capitais estrangeiros por meio de cinco delas: Moinho Santista, Moinho Fluminense, Moinhos Rio-grandenses, Grandes Moinhos do Brasil e SANBRA (Sociedade Algodoeira Nordeste Brasileiro). As cinco mencionadas empresas se acham ligadas, por participação de capitais, com firmas sediadas no Panamá, Argentina e Uruguai. As ligações internacionais não são muito claras, formando uma complexa rede de interesses, que se estendem da Argentina ao Uruguai, Estados Unidos e Europa. O grupo se encontra fortemente radicado na Argentina, onde algumas de suas empresas têm ligações, pelo menos de entrelaçamento de diretores, com empresas norte-americanas. A principal atividade do grupo Bunge & Born, no Brasil, é a moagem do trigo, dispondo os seus moinhos de 30% da capacidade de moagem total do País. No Rio Grande do Sul, o grupo atua através dos Moinhos Rio-grandenses e da Brasilarroiz. Em 1956, os Moinhos Rio-grandenses (sete estabelecimentos) realizaram 21% da moagem de trigo no Estado. A parte restante foi moída pelos estabelecimentos nacionais, que somam mais ou menos 400 moinhos, alguns dos quais de elevada capacidade. Os Moinhos Rio-grandenses e a Brasilarroiz dedicam-se, igualmente, à exportação de trigo em grão

e farinha de trigo. Em 1956, realizaram cerca de 45% da exportação gáucha de trigo em grão e outro tanto da exportação de farinha de trigo. A Brasiilarroz dedica-se, também, à importação de aço, arames, caldeiras, chapas, chumbo, cimento, cobre, ferragens, zinco etc. Possui dois engenhos de arroz, mas as posições do grupo Bunge & Born são de significação restrita neste setor. A Brasiilarroz exporta arroz, farinha de mandioca, soja, pîtreto e madeiras. O grupo Bunge & Born está acabando de montar, no Município de Esteio, uma fábrica de óleos de soja de elevada capacidade, tendo para isso contado com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Outra empresa do grupo Bunge & Born, que opera no Estado, é a Quimbrasil, que se ocupa especialmente com a importação de produtos químicos.

O setor da produção e distribuição da energia elétrica, no Estado, chegou a estar praticamente dominado pelas empresas estrangeiras. No momento, subsistem apenas duas empresas, ambas subsidiárias da Electric Bond and Share Co. (EBASCO). A EBASCO, que se acha ligada ao grupo financeiro Morgan, controla quinze empresas sediadas no País, sendo o conjunto dessas empresas conhecido como Empresas Elétricas Brasileiras. As duas unidades atuando no Estado são — The Riograndense Light and Power Syndicate e Companhia Energia Elétrica Rio-grandense (CEERG). A primeira explora os serviços de energia elétrica e bondes na cidade de Pelotas, possuindo uma usina de 5 mil kW. A CEERG possui uma usina de 24.000 kW, na capital, distribui energia elétrica nos municípios de Porto Alegre e Canoas e tem a seu encargo, ainda, a distribuição de gás à capital. Sua subsidiária, a Companhia Carris Porto-alegrense, que mantinha os serviços de bondes na capital, foi encampada pela Prefeitura de Porto Alegre, no ano de 1956. Em 1943, ano em que foi fundada a CEEE, as empresas estrangeiras dominavam a produção de energia elétrica no Estado. Agora, a capacidade geradora das usinas das duas empresas restantes da EBASCO, graças ao plano de eletrificação que vem sendo executado pela CEEE em bases estatais, está reduzida a pouco mais de 16% do total. Entretanto, é preciso observar que a CEERG, além da energia elétrica por ela mesma produzida, está ainda distribuindo o fluido que recebe da CEEE. A CEEE está fornecendo, através da CEERG, toda a energia consumida em Canoas e mais da metade da distribuída em Porto Alegre. Com a revenda da energia elétrica produzida pela CEEE, a CEERG, sem ter feito investimentos adicionais importantes e sem acréscimos sensíveis nas despesas administrativas, aufere, mensalmente, um saldo de 13 milhões de cruzeiros, de que metade, pelo menos, representa lucro líquido. No dia 2 de junho do ano em curso expirou o prazo do contrato com a concessionária e o governo estadual está tomando as medidas preliminares para efetuar a encampação da empresa norte-americana. A encampação da CEERG encerrará o ciclo de dominação da concessionária norte-americana, que, desde 1928, vinha causando grandes prejuízos à indústria e à população com a prestação de péssimos serviços e a cobrança de tarifas sempre as mais altas do País (atualmente, duas vezes maiores do que as cobradas pela CEEE).

A influência do capital estrangeiro é de pequena monta em outros ramos da produção industrial que não os acima mencionados. É merecedor de registro o sistema de aluguel que pagam algumas de nossas fábricas de calçados à United Shoe pelo uso das máquinas com que trabalham. No setor de serviços públicos, haveria ainda para citar a Companhia Telefônica Rio-grandense. Há, também, numerosas filiais de organizações es-

trangeiras operando principalmente nos ramos do comércio importador e exportador. Nos últimos tempos, não tem sido intenso o afluxo de capitais estrangeiros. No ano de 1957, os investimentos estrangeiros feitos no Rio Grande do Sul representaram 1,35% do total entrado no País.



No momento, uma das ações mais nefastas do imperialismo, em relação à economia do Rio Grande do Sul, é a tentativa de liquidar, com o apoio dos setores entreguistas do próprio governo federal, com a promissora cultura do trigo. A cultura do trigo é o único setor básico da produção gaúcha em franco incremento. Sua rápida e vigorosa expansão está, realmente, fadada, se as forças antinacionais não a detiverem, a promover grandes transformações econômicas e sociais de caráter progressista no panorama do Estado. A produção tritícola nacional registrou, no período de 1946/56, um incremento da ordem de 200%, contribuindo o Rio Grande do Sul com 80% da produção total. A área cultivada, no Estado, duplicou no período de 1951/56. A continuar o incremento da produção nesse ritmo, em poucos anos poderia o Brasil tornar-se auto-suficiente em matéria de trigo, livrando-se de um dos itens que mais pesa em nosso balanço de pagamentos. Em 1956, o País chegou a produzir 1,2 milhões de toneladas de trigo, ao mesmo tempo que importava 1,5 milhões de toneladas para cobrir o consumo nacional (110 milhões de dólares). O impetuoso crescimento da produção tritícola não podia, evidentemente, agradar aos grupos financeiros estrangeiros vinculados ao comércio internacional do cereal, nem tampouco aos dirigentes norte-americanos envolvidos com os difíceis problemas dos excedentes agrícolas. Articulou-se, então, a grande conspiração contra o trigo nacional. Durante algum tempo, os trustes manobravam abarrotando os portos nacionais com trigo estrangeiro na época da colheita do nosso produto. Desencadeou-se, também, intensa campanha difamatória contra o trigo brasileiro, em que os triticultores patrícios eram apresentados como aventureiros e o trigo brasileiro como antieconômico. Depois, surgiu o acordo do trigo norte-americano, firmado em 1956, pelo qual o Brasil receberá 1,8 milhões de toneladas do cereal, em três anos, mediante pagamento em cruzeiros e ao prazo de 40 anos, condições essas aparentemente favoráveis. O trigo norte-americano custará 50% mais caro do que o produto ao preço do mercado internacional, de sorte que a transação acarretará um prejuízo de 3,2 bilhões de cruzeiros ao País, isso sem contar os juros e outras despesas. O montante em cruzeiros a ser apurado pelo governo com a venda do trigo será dado ao grupo da Bond and Share como financiamento para a construção das barragens de Furnas e Três Marias. O acordo é uma engenhosa espécie de *dumping*, com que o governo norte-americano buscava atingir, ao mesmo tempo, vários objetivos, como sejam alijar a Argentina e o Uruguai da condição de vendedores tradicionais de trigo ao Brasil, colocar o produto nacional na condição de excedente no sentido de forçar a triticultura nacional ao colapso e, finalmente, fornecer ao truste norte-americano da energia elétrica um verdadeiro financiamento com o aval do governo brasileiro. O primeiro e o último desses objetivos foram colimados. O colapso da triticultura nacional apenas não se positivou por ter sido a nossa colheita prejudicada em cerca de 40%, em virtude de fatores adversos, e, também, porque os países platinos, por idênticos motivos, não puderam atender seus compromissos para com o Brasil. A ameaça foi apenas adiada e, amanhã, novas tentativas de *dumping* de trigo norte-americano

serão feitas, com ou sem êxito, conforme possa ou não contar o imperialismo com o apoio de um setor entreguista no governo. De fato, as medidas do governo em relação à triticultura nacional não são tranquilizadoras. As medidas governamentais, semeando constantemente o caos e o pânico no comércio do trigo, com o atraso no pagamento aos triticultores e outras dificuldades artificialmente criadas, parecem destinadas a levar os plantadores ao desespero e à desistência. O governo não estabelece categoricamente a meta da auto-suficiência do trigo e um homem da responsabilidade do Embaixador Amaral Peixoto não tem dúvida em defender uma posição nitidamente entreguista em relação ao assunto, declarando enfaticamente que "o Brasil não deverá procurar ser auto-suficiente em trigo; trata-se — na opinião de S.Exa. — de um absurdo que ninguém mais defende hoje". Ao que o Sr. Mário Meneghetti, atual Ministro da Agricultura, acrescentaria que "não interessa ao governo o aumento exagerado das áreas de cultivo..."



É, ainda, com vistas à ação imperialista que devem ser examinados alguns problemas ligados ao desigual desenvolvimento capitalista do Brasil. O desenvolvimento capitalista não se processa, no País, de forma homogênea, daí resultando certas contradições entre as diferentes regiões e entre estas em particular e a eventual política econômica e financeira do governo federal. Nos últimos tempos, certos líderes das classes dominantes e membros do governo, no Rio Grande do Sul, vêm apresentando determinadas situações como decorrentes de discriminações de que estaria sendo objeto o Estado seja por parte do governo federal seja dos centros industriais do País. A propósito são apontados inúmeros fatos. Um deles é o relacionado com o pagamento de âgios cambiais pelo Rio Grande do Sul, que, nos quatro anos de vigência do antigo sistema de âgios instaurado pelo governo federal, contribuiu com 11 bilhões de cruzeiros e recebeu apenas 2 bilhões na forma de bonificações, tendo sofrido, assim, uma enorme perda de numerário com sérios reflexos negativos no sistema estadual de produção e comércio. Certos produtos rio-grandenses encontram dificuldades para sua imediata comercialização ou são mesmo sujeitos a um regime de estocamento para garantir o atendimento do consumo interno. Em março, o Sr. Ildo Meneghetti, governador do Estado, calculava que os estoques de arroz e lã, então existentes, e o atraso no pagamento do trigo aos plantadores pelo Banco do Brasil representavam cerca de 15 bilhões de cruzeiros, a que se deveria somar, ainda, a quantia de 1 bilhão carregada para fora das fronteiras do Estado em consequência da Instrução 135. O caso da lã é um conflito típico entre os produtores regionais advogando venda de excedentes para o Exterior e os industriais interessados em dificultar a exportação para poderem contar com matéria-prima barata. Todos esses fatos resultam de contradições do tipo acima mencionado. O que não se pode, entretanto, esquecer é que tais contradições são sobretudo agravadas pela presença da exploração imperialista. A tendência é para o governo federal descarregar as suas dificuldades para a periferia e os centros econômicos mais fortes (ou eventualmente favorecidos pela política do governo federal) deslocarem o peso da exploração imperialista para as costas das regiões mais atrasadas.

8 – Conclusão

O processo econômico por que atravessa o Rio Grande do Sul, que procuramos retratar neste estudo — a ser sobretudo encarado como uma tentativa de interpretação — acusa, sem dúvida, um apreciável incremento das forças produtivas em bases capitalistas. Entretanto, convém, desde logo, ressaltar que os índices relativos à produção e ao ritmo de crescimento das forças produtivas, no Estado, evidenciam fortes limitações. São, neste particular, muito ilustrativas as constatações de um trabalho do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, sobre a renda no Estado. A renda *per capita*, no Estado, era, em 1954, de Cr\$ 8.990,70, portanto apenas algo superior à renda *per capita* média do Brasil, então igual a Cr\$ 8.027,50, e significativamente inferior à renda *per capita* da Região Sul (a partir de São Paulo), que alcançava Cr\$ 12.051,40. De outra parte, a renda *per capita*, no Estado, cresce em ritmo menor do que a renda *per capita* média do País. Assim, no período de 1947/54, a renda *per capita*, no Rio Grande do Sul, aumentou de 2,47 vezes, índice muito inferior ao alcançado pela Região Sul — 3,67 — e, inclusive, sensivelmente menor do que o índice 2,63, que foi a média para o País.

Também, o processo do desenvolvimento capitalista, no Rio Grande do Sul, tem de abrir caminho lutando contra os entraves opostos pelo monopólio da terra e a ação do imperialismo. A economia gaúcha repousa, fundamentalmente, sobre a produção agropastoril, que se acha freada em suas possibilidades de desenvolvimento em virtude da predominância do latifúndio no regime de distribuição da terra. Mais da metade da população rural é constituída de famílias de camponeses sem terra, com baixo padrão de vida e pouco participando das relações de compra e venda. Não é apenas a pecuária extensiva, atividade típica da grande propriedade pastoral, que se encontra estacionada. Também, a pequena produção camponesa, que abrange ainda a maior parte da produção agrícola (e a suinocultura como produção associada), está praticamente impedida de progredir porque o latifúndio se opõe à multiplicação do número de pequenas propriedades através da incorporação de novas áreas. Os próprios setores capitalistas da agricultura têm a sua livre expansão entravada pelo monopólio da terra com a incidência das elevadas taxas de arrendamento das terras.

Quanto ao imperialismo, sua ação se manifesta através dos efeitos gerais da espoliação a que submete toda a vida econômica do País, distorcendo-a para atender os interesses dos trustes e reduzindo ao mínimo a taxa de acumulação capitalista. Os trustes estrangeiros detêm posições-chave em ramos fundamentais da economia gaúcha, tais como a indústria da carne, a moagem e a exportação de trigo, a indústria — a comercialização do fumo e a produção de energia elétrica. Em alguns desses setores, a penetração imperialista se acha detida (na indústria da carne, pela ação organizada das cooperativas de criadores e a concorrência dos industriais nacionais) ou em declínio (na produção de energia elétrica, em consequência da realização do plano de eletrificação da CEEE em bases estatais). Mas não se deve ignorar que os trustes estrangeiros, que atuam nos mencionados setores, conservam posições de domínio em âmbito nacional. Estas posições podem acarretar, eventualmente, sérias modificações na situação dos trustes no Estado. Dentre as posi-

ções locais ocupadas pelo imperialismo, as mais importantes referem-se aos monopólios norte-americanos (grupos Armour, Swift e Bond and Share). Algumas posições importantes são ocupadas por grupos de capital não nitidamente norte-americano, mas que possuem certas relações com capitais dessa origem (grupos Sousa Cruz e Bunge & Born).

O processo econômico regional se ajusta, em suas linhas gerais, ao esquema do desenvolvimento capitalista no País. Porém, o processo regional apresenta certas particularidades. O desenvolvimento capitalista se manifesta tanto através da expansão da indústria como da penetração das formas capitalistas de produção em certos setores da agricultura. Quanto à indústria gaúcha, é preciso destacar que ela realmente cresce, mas sempre conservando-se nos marcos das atividades transformativas ligadas à elaboração de produtos de consumo a partir das matérias-primas agropecuárias regionais. Até o momento, não chegou a se esboçar uma apreciável indústria de meios de produção. Nestas condições, o crescimento industrial se acha condicionado ao progresso das forças produtivas na agricultura. Outro aspecto a ressaltar é o progresso capitalista relativamente intenso em curso na agricultura, contrastando com o estancamento da produção nos setores da grande propriedade pastoril e da pequena produção camponesa e o atraso da indústria. Finalmente, é preciso considerar que o processo econômico regional sofre, também, os efeitos negativos do desigual desenvolvimento capitalista no País, que se manifesta através de contradições internas sobretudo agravadas pela exploração imperialista, cuja presença impede um mais harmonioso desenvolvimento da economia nacional em seu conjunto.

O objetivo deste estudo foi o de tentar uma interpretação do processo do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, visto o problema em face à presente conjuntura nacional. Por conseguinte, nele, propriamente, não caberia fossem apontadas soluções particulares para os diversos problemas surgidos no curso da análise procedida. Pelo menos, tal não foi a intenção do autor. Entretanto, é evidente que a solução geral para as dificuldades e os entraves que se opõem ao progresso das forças produtivas no Estado é a mesma saída democrática e nacionalista reclamada como um imperativo da própria vida nacional. Saída essa que não poderá deixar de se constituir na afirmação de uma política exterior independente e de paz geralmente condicionada aos interesses do País, na prática de uma orientação política que vise ao desenvolvimento independente da economia nacional e na adoção de medidas de reforma agrária e de elevação do nível de vida geral do povo, dentro de um clima de legalidade democrática, cuja consolidação e aperfeiçoamento se transformaram em fatores de vital importância na luta das forças progressistas da sociedade brasileira contra o imperialismo e seus pontos de apoio internos.

TRABALHOS E PUBLICAÇÕES CONSULTADOS

- PCB, Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil, Rio, março, 1958.
- RUBENS DE BARCELOS, Esboço da formação social do Rio Grande do Sul, P. Alegre, 1922 (reproduzido na Revista Provincial, P. Alegre, dezembro, 1945).
- DEE, Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul — 1954, P. Alegre, 1957; Anuário Estatístico da Exportação — 1953/54, P. Alegre, 1956; Boletins e informações diversas sobre produção agrícola, pastoril e industrial e exportação.
- IBGE, Anuário Estatístico do Brasil — 1955.
- OTTO ALCIDES OHLWEILER, Confronto entre duas regiões — a Fronteira e a Colônia, P. Alegre, Horizonte, janeiro, 1956; Aspectos da Orizicultura no Rio Grande do Sul, P. Alegre, A Tribuna, 12, 16, 17, 18, 19, 22, 23 e 24 de março de 1955.
- J. P. SANTOS, Levantamento censitário e análise sociográfica de um município pastoril, P. Alegre, Revista Provincial, dezembro, 1945; Instituto Sul-rio-grandense de Carnes, Boletins diversos sobre pecuária.
- ARI BURGER, As relações econômicas entre o povoamento e a agricultura no Rio Grande do Sul, P. Alegre, Revista da Faculdade de Ciências Econômicas, dezembro, 1956; A conjuntura da economia orizícola no Rio Grande do Sul, P. Alegre, ed. do Instituto Rio-grandense de Arroz, 1952.
- PAULO R. SCHILLING, A operação trigo, P. Alegre, 1956; O Trigo Nacional, Rio, O Semanário, 30/1 — 5/2/1958; A lavoura do trigo e o latifúndio, a ser publicado em Ciências Sociais; Instituto Rio-grandense do Arroz, 12º anuário estatístico do arroz-safra 1955/56, P. Alegre, 1957.
- JORGE BABOT MIRANDA, O crescimento relativo da indústria no Rio Grande do Sul, P. Alegre, Revista da Faculdade de Ciências Econômicas, dezembro, 1956.
- ARAMIS SILVA, discurso na Assembléia Legislativa Estadual, P. Alegre, 15/3/1955; Serviço de Expansão do Trigo, Agritrigo, P. Alegre, fevereiro, 1958.
- ILDO MENEGHETTI, entrevista, P. Alegre, Correio do Povo, 9/5/1955.
- ARISTÓTELES MOURA, o dólar no Brasil, Rio, 1956; Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, População e renda no Rio Grande do Sul, P. Alegre, Boletim Informativo, março-junho, 1957.